
O ARCO-ÍRIS TREMULANDO: A BANDEIRA DOS CORPOS LGBTI+

EL ARCO IRIS FLUMBING: LA BANDERA DE LOS CUERPOS LGBTI+

THE FLUMBING RAINBOW: THE FLAG OF LGBTI+ BODIES

VICENZI, Piero¹

Resumo

Este texto objetiva argumentar a noção dos corpos LGBTI+ enquanto corpos-bandeira, tendo por base a ênfase na centralidade do corpo na contemporaneidade do Movimento LGBTI+ Brasileiro em um contexto sociopolítico de desinstitucionalização e de uma ostensiva onda conservadora. Para tal, se utiliza de revisão bibliográfica de categorias centrais à discussão como gênero, sexualidade, biopolítica e Movimento LGBTI+ Brasileiro. Nesse sentido, parte do entendimento do corpo enquanto elemento *sui generis* nas relações sociais, criador e reproduzidor de espaços e, conseqüentemente, de poder, regulado por uma biopolítica expressa em uma necropolítica que expõe determinados corpos a uma vida precária. Assim, compreende gênero e sexualidade enquanto características inscritas socialmente nos corpos, atos performativos discursivamente condicionados. Dessa forma, romper com discursos hegemônicos, configura-se um ato político de resistência cotidiana, ainda mais se tratando do Brasil, país que há anos figura no primeiro lugar da lista dos países que mais matam LGBTI+ no mundo. Por fim, se conclui que apesar de avanços respaldados por marcos legais, corpos LGBTI+ ainda precisam resistir no Brasil para efetivar tais marcos e para sobreviver, para refutar discursos hegemônicos de poder e possibilitar outros discursos, sem deixar de considerar o entrecruzamento de categorias como raça e classe. A ênfase na experiência legítima a apropriação de lugares de fala que questionam e reivindicam lugares de escuta em vias da manutenção de um tensionamento constante às estruturas e discursos hegemônicos.

Palavras-chave: Movimento LGBTI+ Brasileiro; Corpo-bandeira; Resistência cotidiana; Necropolítica

Resumen

Este texto tiene como objetivo argumentar la noción de los cuerpos LGBTI+ como cuerpos-bandera, basándose en la enfatización de la centralidad del cuerpo en la

¹ Universidade Católica de Pelotas, (UCPel), Pelotas, Rio Grande do Sul pierovicenzi@hotmail.com

contemporaneidad del Movimiento LGBTI+ Brasileño en un contexto sociopolítico de desinstitucionalización y de una ostensible ola conservadora. Para ello, se utiliza una revisión bibliográfica de categorías centrales en la discusión como género, sexualidad, biopolítica y Movimiento LGBTI+ Brasileño. En este sentido, parte de la comprensión del cuerpo como un elemento *sui generis* en las relaciones sociales, creador y reproductor de espacios y, en consecuencia, de poder, regulado por una biopolítica expresada en una necropolítica que expone ciertos cuerpos a una vida precaria. Así, comprende el género y la sexualidad como características socialmente inscritas en los cuerpos, actos performativos condicionados discursivamente. De esta manera, romper con discursos hegemónicos se configura como un acto político de resistencia cotidiana, aún más en el caso de Brasil, un país que durante años ha ocupado el primer lugar en la lista de países que más asesinan a personas LGBTI+ en el mundo. En conclusión, se establece que a pesar de los avances respaldados por marcos legales, los cuerpos LGBTI+ aún deben resistir para hacer efectivos dichos marcos y para sobrevivir, refutando discursos hegemónicos de poder y posibilitando otros discursos, sin dejar de considerar la intersección de categorías como raza y clase. La enfatización en la experiencia legítima la apropiación de lugares de expresión que cuestionan y reclaman lugares de escucha en aras de mantener una constante tensión hacia las estructuras y discursos hegemónicos.

Palabras clave: Movimiento LGBTI+ brasileño; cuerpo de la bandera; Resistencia cotidiana; necropolítica

Abstract

This text aims to argue the notion of LGBTI+ bodies as flag-bodies, based on emphasizing the centrality of the body in the contemporaneity of the Brazilian LGBTI+ Movement within a sociopolitical context of deinstitutionalization and an overt conservative wave. To achieve this, it employs a bibliographic review of central categories in the discussion such as gender, sexuality, biopolitics, and the Brazilian LGBTI+ Movement. In this sense, it starts from the understanding of the body as a *sui generis* element in social relationships, a creator and reproducer of spaces, and consequently, of power, regulated by a biopolitics expressed in a necropolitics that exposes certain bodies to precarious life. Thus, it comprehends gender and sexuality as socially inscribed characteristics in bodies, performatively conditioned discursive acts. In this way, breaking away from hegemonic discourses becomes a political act of daily resistance, even more so in the case of Brazil, a country that has been at the top of the list of countries that most kill LGBTI+ individuals worldwide for years. In conclusion, it is established that despite advances supported by legal frameworks, LGBTI+ bodies still need to resist in Brazil to make these frameworks effective and to survive, refuting hegemonic discourses of power and enabling other discourses, while not ignoring the intersection of categories such as race and class. The emphasis on experience legitimizes the appropriation of places of speech that question and claim spaces of listening in order to maintain a constant tension towards hegemonic structures and discourses.

Keywords: Brazilian LGBTI+ Movement; flag body; Everyday resistance;

Necropolitics

Hasteando a bandeira do arco-íris

É inegável reconhecer o avanço conquistado pelo Movimento LGBTI+² no Brasil, seja através dos marcos legal ou moral. Podemos mencionar, como exemplo, algumas das conquistas históricas responsáveis por reorganizar agendas e pautas sociopolíticas do Movimento: o casamento igualitário em 2013, a alteração do registro civil de pessoas transexuais sem laudo médico, a criminalização da LGBTfobia em 2019 e a derrubada da restrição de doação de sangue por homossexuais em 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Esse cenário nos conduz às eleições municipais de 2020, que registrou recorde de candidaturas LGBTI+, somando mais de 449 candidatos e candidatas em todos os estados, sendo 90 eleitos em 17 estados e 72 cidades. Outro recorde eleitoral foi registrado nas eleições para o legislativo em 2022. Ao todo, 18 parlamentares LGBTI+ foram eleitos, o dobro em comparação ao pleito de 2018, segundo dados do coletivo #VoteLGBT³. Paradoxalmente, durante a consolidação do Movimento LGBTI+, mudanças na estrutura estatal, especialmente entre os anos de 2018 e 2022, desmontaram os canais de participação, visando um ataque aos movimentos sociais, enquanto as estatísticas de violência continuam a apontar o Brasil como o país que mais mata LGBTI+ no mundo.

O cenário político e social brasileiro se movimenta rapidamente e, cada vez mais, traz gênero e sexualidade para o centro do debate por entre pânicos morais e *fake news*. Conforme Facchini e Lins França (2020), na apresentação do livro *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*, esse processo está associado ao fato de que gênero e sexualidade são arenas da vida social onde frequentemente se depositam ansiedades diversas, mas também responde à dinâmica dos embates políticos do nosso tempo. Para as autoras, a ofensiva anti gênero pode ser entendida como “resposta às conquistas no marco nacional e internacional na agenda de direitos para

² Ao longo deste texto utilizaremos o acrônimo LGBTI+, por padronização seguindo as referências consultadas. O que não significa que deixamos de reconhecer outras formas de existência não cis-heteronormativas que talvez não estejam contempladas neste acrônimo.

³ O coletivo atua desde 2014 para aumentar a representatividade LGBTI+ em todos os espaços, principalmente na política. Disponível em: votelgbt.org. Acesso em: 12 ago. 2023.

mulheres e LGBTI+” (p. 17) e apontam para disputas que ultrapassam inclusive a escala nacional. Ou seja, o contexto não somente aciona gênero e sexualidade enquanto categorias associadas à estrutura social, mas também faz com que corpos que desviam dos padrões cis-heteronormativos ganhem centralidade para reafirmar, lutar e (re)conquistar direitos, espaços e visibilidade.

Sendo assim, torna-se indissociável a questão política por trás do gênero e da sexualidade, uma vez que há uma biopolítica (FOUCAULT, 2020) responsável por regular e adestrar os corpos para atenderem a uma norma discursivamente padronizada. Quando olhamos para os processos contemporâneos, a questão política se maximiza na estrutura estatal e nas instituições, porém, se tratando de uma necropolítica (MBEMBE, 2016), que expõe os corpos que rompem com discursos hegemônicos ao poder da morte em uma vida precária (BUTLER, 2019a), também se faz presente na vida cotidiana, em pequenos atos, como sair de casa em segurança, ocupar as ruas e as cidades. É importante reconhecer os avanços legais e perceber a presença de corpos LGBTI+ nos espaços institucionalizados, mas devemos lembrar a resistência cotidiana (SCOTT, 2011) do ato de ser LGBTI+ no Brasil, país estruturado pela violência que diariamente silencia corpos que ousam reivindicar o direito de viver seu gênero e sexualidade plenamente. Ainda assim, quando saem às ruas, corpos LGBTI+ erguem bandeiras, tensionam as estruturas dominantes e abrem brechas para denunciar os processos invisibilizantes aos quais são submetidos. Hasteada a bandeira, passemos a uma discussão sobre a interseccionalidade desses corpos para melhor compreender o argumento defendido neste texto.

Corpos interseccionais

Adentramos a arena do social através do corpo. Características como gênero, sexo e sexualidade são socialmente inscritas nos corpos dos sujeitos na estrutura social. O que não significa conceber o corpo e os sujeitos como “uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca” (BUTLER, 2019a, p. 38). Nesse sentido, a “obrigação” está na representação inconsciente do que nos foi atribuído por meio de um conjunto de normas, geralmente sob viés binário. Ou seja, a reprodução do gênero e da sexualidade

é sempre uma negociação com o poder, uma vez que sexo e gênero são efeitos de instituições, discursos e práticas.

Quando mencionamos poder, nos referimos ao entendimento de Foucault enquanto uma questão de relações complexas e não como uma característica inerente a um sujeito ou classe específica (SPARGO, 2017). A partir do século XIX se percebe uma assunção da vida pelo poder, o que subverte a lógica da teoria clássica da soberania, pois se antes o soberano possuía o direito de fazer morrer e deixar viver, agora se instala um novo direito: de fazer viver e deixar morrer. Essa mudança de paradigma se dá centrada em dois pólos interligados, as instituições, com foco no corpo como máquina, e os mecanismos regulamentadores e o Estado, o corpo-espécie. Assim, se inaugura a era de um biopoder, elemento considerado indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, “cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 2020, p. 150).

Portanto, gênero, sexo e sexualidade se inserem na intersecção entre corpo e população, regidos por ambos os pólos acima mencionados e seus respectivos procedimentos de poder. Adestramento, ampliação de aptidões, extorsão de forças e integração a sistemas de controle, no caso do primeiro pólo (as instituições como a escola, o hospital e o quartel, por exemplo); e os procedimentos de fecundidade, reprodução, natalidade, longevidade, enfermidade e mortalidade de uma população, se tratando do segundo pólo. Dessa forma, gênero “não se trata de uma tarefa prescritiva na qual devemos nos empenhar, mas de uma tarefa na qual estamos empenhados desde sempre” (SALIH, 2018, p. 68). Sendo assim, gênero, sexo e sexualidade não são características consideradas “naturais”, mas sim, discursivamente construídas, disciplinadas e regulamentadas.

Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (BUTLER, 2019b, p. 30-31).

Para assegurar que os corpos sejam devidamente disciplinados e as populações regulamentadas, se aplicam normas, mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. A

partir de tais matrizes cristalizadas na estrutura social, se condiciona quem vai ser reconhecível como “legível” ou “ilegível” se tratando de gênero, sexo e sexualidade. Em outras palavras, quem atende às exigências brancas, masculinas e cis-heterossexuais difundidas como norma dominante estruturante das sociedades ocidentais. Aqueles corpos e sujeitos que “desviam”, muitas vezes, conformam grupos e, juntos, desenvolvem formas de se tornar “legíveis” uns para os outros, unidos através da comum exposição a diferentes formas de viver a violência de gênero e sexualidade, constituindo uma base para a resistência. Até mesmo porque, onde há poder há resistência: um está constantemente produzindo o outro, jamais restringindo. De acordo com Foucault (2020), a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder, é outro termo que se inscreve como interlocutor irreduzível.

Mbembe (2016) avança a discussão iniciada por Foucault sobre biopolítica e biopoder ao propor a necropolítica e o necropoder ao analisar as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte. Ou seja, a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é o ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135). No mesmo caminho, Butler (2019a) define “precarização”, a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem consequências do desmonte de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e, assim, ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Também, a condição de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica ou a “outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes” (p. 41).

Basta que se acompanhe a realidade do Brasil contemporâneo para associar diretamente a precariedade com as normativas de gênero e sexualidade. Mulheres e LGBTI+, corpos que desviam dos padrões inteligíveis, estão mais expostos a assédio, patologização e a variadas formas de violência (simbólica, estrutural, física, verbal, moral, etc.). No sistema capitalista patriarcal⁴ cis-heteronormativo e heterossexualizante, romper com as

⁴ A estrutura social capitalista atribui às mulheres um tipo problemático de humanidade, mais ou menos capaz quando comparada com a dos homens. Este preconceito produz uma dominação sexual e de gênero chamada de patriarcado, ancorada por vezes em textos sagrados e a serviço da economia política

normas hegemônicas significa “ficar sob as tutelas radicalmente sobrepostas do discurso universalizante dos atos e do discurso minorizante das pessoas” (SEDWICK, 2007, p. 47). A necropolítica e a precariedade se materializam nos altos números de mortes de

LGBTI+ no país, por exemplo. Entre 2000 e 2022, 5.635 pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população e do descaso das autoridades responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de combater os casos de violência, conforme denuncia o Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil (ACONTECE; ANTRA; ABGLT, 2023). Vale alertar também para a subnotificação e ausência de dados governamentais, sendo o documento uma articulação do Movimento LGBTI+ brasileiro a fim de promover a defesa da comunidade frente ao extermínio das cidadanias dessa parcela da população. Essa violência, quando praticada, não visa apenas o sujeito em si, mas também um ataque à categoria social. Segundo Butler (2019a), atacar esses corpos é atacar o próprio direito, pois quando mulheres e LGBTI+ aparecem e agem, estão exercendo um direito que está fora do regime, contra e em face dele.

Os lugares na estrutura social conferidos (ou não) a esses grupos possibilitam experiências e perspectivas distintas, expondo à necropolítica e à precariedade em diversos contextos socioculturais. Por conta disso, suas existências e resistências questionam e tensionam a legitimidade concedida aos grupos localizados no poder e agem para romper o discurso produzido e reproduzido por estes. Para tanto, é preciso ter em mente que a linguagem também é um mecanismo de manutenção do poder, sendo que este está em toda parte e provém de todos os lugares. O discurso pode ser considerado como um sistema que estrutura determinado imaginário social, “não é simplesmente aquilo que se traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Nesse sentido, falar deixa de ser um sinônimo para emitir palavras, mas sim de poder existir. Ainda mais quando as relações materiais se estruturam segundo visões de mundo dos grupos dominantes, restando aos grupos historicamente oprimidos a luta

dominante, tais como o capitalismo e o colonialismo, e inscrita em um senso comum que a alimenta e reproduz, isto é, uma cultura patriarcal (FEDERICI, 2017; SANTOS, 2011).

pela conquista e compreensão dessa lacuna na produção do conhecimento, muitas vezes, acompanhadas por processos de silenciamento de discursos que os evidenciam. A partir de pressões, determinações e lutas de sujeitos em posições sociais de não dominação semelhantes em determinada sociedade “que se tem a construção de experiências coletivas, passíveis de transformar a produção dos saberes que envolvem os fatos sociais de que fazem parte” (SANTOS, 2017, p. 910). Portanto, categorias como gênero e sexualidade podem ser entendidas como elementos da estrutura social que são inscritas nos corpos, marcam a posição de sujeitos e conformam grupos e dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades. Tais posições se entrecruzam e produzem diferentes formas de experienciar opressões, uma vez que a sociedade patriarcal impõe como norma o homem, branco, cis-heterossexual. Quando ampliamos o olhar para o sistema de opressão, é possível perceber o entrecruzamento dessas estruturas, ou seja, a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019). Vale destacar que a lente analítica interseccional nos municia de instrumentos para visualizar a matriz colonial moderna contra grupos tratados como oprimidos e a interação estrutural de seus efeitos políticos e legais. Desse modo, não se trata de criar uma nova divisão social pautada pela inversão dos pólos de opressão, mas aponta para processos de resistência, ruídos e rachaduras produzidos pelas vozes dissonantes nas narrativas e estruturas hegemônicas.

Dito isso, se torna explícita a noção de gênero como um “estilo corporal”, um ato ou uma sequência de atos repetidos que se enrijecem até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo, com a finalidade de sobrevivência cultural, pois quem não “faz” seu gênero corretamente é punido pela sociedade (SALIH, 2018). Um discurso do qual não podemos fugir. Na mesma linha podemos tomar a sexualidade, uma categoria da experiência construída com origens históricas, sociais e culturais (mas não biológicas); uma questão pessoal relativa aos nossos “desejos profundos” (SPARGO, 2017). Ambas as categorias são consideradas efeitos discursivos de procedimentos regulatórios da sociedade, permeadas por relações de poder e ligadas fundamentalmente pela repressão. Por isso, romper com discursos normativos dominantes e produzir outras verdades sobre gênero e sexualidade também é uma forma de resistência; uma maneira de contestar a estrutura social e reivindicar uma outra realidade possível, na qual corpos

não sejam subjugados ao poder da morte pelo fato de ser. Sendo assim, para melhor compreender o argumento aqui defendido, passamos a uma breve discussão sobre Movimento LGBTI+ Brasileiro, com enfoque para as atuações contemporâneas, marcadas pela ênfase no corpo e na experiência, contra uma desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil (FEITOSA, 2021).

Movimento LGBTI+ Brasileiro contemporâneo: a ênfase na experiência

Para dar conta do argumento pretendido com este texto, do entendimento de corpos LGBTI+ como corpos-bandeira, se faz necessário apresentar a trajetória de mais de 40 anos do Movimento LGBTI+ Brasileiro. Grupo através do qual sujeitos de sexualidades e gêneros considerados desviantes dos discursos hegemônicos se unem para reivindicar espaços políticos e sociais, direitos e cidadania; para se tornarem “legíveis” e resistir a uma vida precária imposta por uma necropolítica. Naturalmente as propostas e reivindicações não são únicas, pois o acrônimo não conforma uma simples “sopa de letrinhas” apesar de se mostrar enquanto uma coletividade imaginada, que é produto e produtora de diversas relações com o Estado, movimentos sociais e academia. As conquistas e resultados são fruto de proposições comuns a partir de embates e disputas internas e, antes de perpassar os sujeitos propriamente ditos, tangem às categorias abstraídas de seus contextos e reverberam “provocações interessantes envolvendo a intersecção entre cor/raça, classe, orientação sexual e performances de gênero” (AGUIÃO, 2016, p. 294).

Nesse sentido, adentrar a arena do Movimento LGBTI+ Brasileiro implica se situar sobre o terreno movediço de um dos movimentos sociais de maior expressão no país, cujas reivindicações de diversos grupos já suscitaram projetos de leis, formulação e implementação de políticas públicas, produção de conhecimento acadêmico, setoriais em partidos políticos, igrejas, paradas, festivais e mostras de arte (FACCHINI; LINS FRANÇA, 2009). Fruto de um período de contracultura e de transição política, o marco inicial das mobilizações LGBTI+ no país se dá em abril de 1978, com a publicação da edição zero do *Lampião da Esquina*⁵, jornal voltado para homossexuais, militantes

⁵ A publicação obteve circulação nacional e grande sucesso até 1981. Segundo MacRae (2018), mais do que qualquer outro órgão da imprensa, abriu e sustentou a discussão sobre a homossexualidade, além de difundir a ideia de militância. Temáticas gays ocupavam a centralidade dos debates, o que não impediu

feministas, negros e indígenas, as chamadas “minorias” em termos qualitativos de grupos que sofrem opressão e ocupam posição de não dominação junto ao corpo social (SIQUEIRA; CASTRO, 2017). Os debates públicos propostos pela publicação culminaram na articulação de grupos de militância gay e lésbica, sendo o *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, em São Paulo, considerado o primeiro a levantar a bandeira da homossexualidade no país.

Durante esse período considerado inicial do Movimento LGBTI+ Brasileiro, cunhado pela literatura como ‘primeira onda’ (1978-1983), se formulou muitas das principais demandas trazidas até hoje, como a luta contra a violência e a discriminação, educação sexual nas escolas, tratamento digno na mídia e casamento igualitário, por exemplo. As articulações versavam sobre reconhecer e discutir múltiplas vivências de gênero e sexualidade e ressignificar conotações negativas, como “bicha” e “sapatão”, enquanto postura política para combater o estigma sentido pela maioria. Buscava-se disseminar um movimento revolucionário e não apenas reformista, conforme destacam Facchini e Lins França (2009). A partir de meados dos anos 1980, os contextos sociopolíticos mudaram no Brasil e no mundo com a epidemia de HIV/aids. No caso aqui discutido, do Movimento LGBTI+ Brasileiro, o número de entidades que poucos anos antes iniciaram suas articulações reduziu-se e o eixo de atuação, até então concentrado no Rio de Janeiro e São Paulo, mudou para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste.

Outro contexto exige outras formas de atuação e militância. A prática do assumir-se se torna uma ferramenta política e atuações com caráter mais pragmático tomam a cena em vias de garantir direitos civis e combater a discriminação e a violência. Relações de âmbito internacional e grupos mais institucionalizados também marcam a chamada ‘segunda onda’ do Movimento, entre 1983 e 1990 aproximadamente. No entanto, o caráter negativo e a forte associação entre homossexualidade e HIV/aids levou diversos grupos a não priorizar uma luta em prol do combate, mas aqueles que se engajaram com a causa são reconhecidos pela construção de uma resposta coletiva à epidemia. Mesmo visto como um período de desmobilização do movimento, as pressões reivindicadas levaram a uma centralidade da categoria orientação sexual, obtida através do parecer do

que o Lâmpião fosse um dos propulsores da visibilidade lésbica, pois até então o setor era desconhecido e ignorado, mesmo por militantes feministas.

Conselho Federal de Medicina (CFM) e da remoção do termo “homossexualismo” do código de doenças brasileiro. A conquista foi alcançada graças a uma campanha coordenada pelo *Grupo Gay da Bahia* (GGB) na primeira metade dos anos 1980 e selou o processo de “construção da igualdade” e da produção da figura do sujeito LGBTI+ militante.

A reabertura de espaços de diálogo e a aproximação entre grupos LGBTI+ e setores do Estado, iniciada no período de redemocratização e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para responder à epidemia de HIV/aids, reformulou as atuações do Movimento mais uma vez. Os anos 1990 são marcados por uma forte institucionalização, aumento do número de grupos em todo o país, ampliação da rede de relações e pela entrada de novos atores no campo, como a mídia, o chamado mercado GLS, grupos religiosos flexíveis e parlamentares que incluem a bandeira dos direitos LGBTI+ em suas plataformas. Essa ‘terceira onda’ do Movimento acompanha também o deslocamento para uma visibilidade positiva e o desenvolvimento de um cenário favorável aos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020)⁶. Além disso, a relação com o Estado exigiu uma delimitação de sujeitos e demandas, o que culminou em duas diferentes respostas: os processos de disputa por visibilidade no interior do movimento quando o sujeito político se complexificou, a exemplo do acrônimo e suas variantes adotadas; e a visibilidade massiva alcançada com as Paradas do Orgulho, fundadas a partir da crítica de uma nova geração de ativistas transgressora da imagem de “minorias” em termos quantitativos (FACCHINI, 2018).

Contudo, desde 2010 começamos a perceber com maior visibilidade os primeiros sinais de uma ofensiva conservadora contrária aos direitos sociais, sexuais e reprodutivos, somada a uma atribuição sinônima da imagem dos governos petistas à corrupção política no país e mobilizações nas redes e nas ruas que colocam a jovem democracia brasileira em risco e nos levam a olhar e pensar os processos em curso nos campos

⁶ A partir de 1992, as redes transnacionais de ativismo LGBTI+ passaram a adotar, com mais força, a incidência em fóruns da ONU como estratégia para alcançar visibilidade política, credibilidade e legitimação de suas pautas diante dos Estados-membros. Dessa atuação, resulta importantes avanços nos processos de enquadramento dos direitos LGBTI+ enquanto direitos humanos, antes apoiados nos discursos dos direitos civis.

ativistas. Para alguns autores, as reconfigurações no atual processo sociopolítico deflagram uma ‘quarta onda’ do Movimento LGBTI+, na qual se percebe um alargamento da compreensão de ativismo e nos modos de atuação, muitos dos quais deixam de ter o Estado e sua figura como o principal interlocutor, em decorrência de mudanças na estrutura de oportunidades no que confere ao desmonte de estruturas de participação e ao aberto ataque aos movimentos sociais. Dessa forma, emergem as artes e os produtos culturais enquanto potentes estratégias, dentre tantas outras possibilidades, para produzir outras subjetividades e confrontar a misoginia, o sexismo e o racismo, conforme pontuam Facchini, Carmo e Lima (2020) ao analisar os movimentos feminista, negro e LGBTI+ – pautas consideradas irmãs.

Nesse sentido, ganham destaque com mais intensidade outros coletivos e artistas que interpretam suas manifestações como uma forma de fazer política diferente das utilizadas pelos movimentos ditos “tradicionais”, apesar de a produção artística brasileira como um todo tensionar normas sexuais e de gênero desde antes. Assim, os chamados “ativistas” contemporâneos também se apropriam do uso de novas tecnologias e de redes sociais e propõem produções horizontais voltadas para as ruas. Segundo Colling (2018), essa outra forma de fazer arte e ativismo utiliza a cultura como principal meio, pois se compreende que os preconceitos nascem aí. Do mesmo modo, as produções visam uma crítica aos marcos legal, principalmente quando reforçam normas ou instituições disciplinadoras de gênero e sexualidade. Ou seja: rejeitam uma “imagem respeitável” perante a sociedade para adquirir respeito e/ou direitos. Essas noções estão diretamente ligadas a uma perspectiva dos estudos queer, de teorias interseccionais, feministas e decoloniais, difundidas no Brasil através da ampliação do acesso ao Ensino Superior e de aportes teóricos facilitados com a disseminação da produção científica sobre categorias como gênero, corpo, sexualidade e suas articulações políticas. Também cabe mencionar a popularização da internet, o seu uso por atores sociais (no investimento em carreiras políticas ou como influenciadores digitais) e a mudança no papel da mídia.

Nos processos sociopolíticos contemporâneos, se percebe uma centralidade do corpo com ênfase para a experiência enquanto base de legitimação em vez de identidades comumente pautadas pelo essencialismo estratégico; se acionam as “transidentidades,

as lesbianidades, e as bichas, sapatões e trans pretas e/ou periféricas ou soropositivas, empoderadas e com formas de visibilidade renovadas” (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020, p. 13). Trata-se de corpos-bandeira que também mobilizam a noção de lugar de fala (RIBEIRO, 2017)⁷, para autorizar ou barrar a aparição de sujeitos, e categorias como a cisgeneridade, monossexualidade e a própria noção de homossexualidade enquanto disputa por visibilidade de sujeitos políticos em posições teórico-ideológicas. Se no início das mobilizações sociopolíticas LGBTI+ os sujeitos ressignificaram termos com conotação negativa, agora se visibiliza a articulação de lugares sociais considerados de opressão para exercer protagonismo em lutas cotidianas. Ao mesmo tempo se diferencia gênero de orientação sexual, se rompe com discursos médico patologizantes, redes no interior de outros movimentos sociais se fortalecem, se disputa espaço em partidos políticos e representação por via eleitoral e a aparecem enquadramentos que enfatizam a dor e o sofrimento com a figura das mães de LGBTI+, de LGBTI+ periféricos(as), de travestis e transexuais, pessoas intersexo e gays e trans vivendo com HIV, por exemplo.

A resistência cotidiana dos corpos-bandeira LGBTI+

Dito isso, João Silvério Trevisan (2018) alerta que, encobertos pela ideologia do progresso, corremos o risco de regredir, na história, até aqueles tempos considerados vergonhosos por seu obscurantismo.

Provavelmente, a comunidade LGBT ficou mais próxima da integração à sociedade, podendo imitar seus padrões, inclusive de consumo. Mas como se trata de uma sociedade injusta por base, a liberdade conquistada não é o que se esperava: está sempre vigiada, em clima de permissividade controlada. Quando quiser, a estrutura repressiva pode encontrar pretextos para perseguir homossexuais (p. 432).

Uma vez que toda periodização envolve disputas de poder e lutas por reconhecimento, para quem rompe com as normas hegemônicas de gênero e sexualidade no Brasil, viver seu gênero e sexualidade se configura enquanto um ato político; uma forma cotidiana de resistência, que é diferente daquelas resistências estudadas pela ciência política,

⁷ Entende-se lugar de fala enquanto um lugar social para além do ato de emitir palavras, mas de poder existir.

cristalizadas em sindicatos e partidos políticos. Conforme defende Scott (2011), a resistência cotidiana é informal, não se dirige diretamente à fonte imediata de apropriação e, talvez por isso, não costuma figurar manchetes jornalísticas. No entanto, vale ressaltar que essa forma de resistência é, muitas vezes, a única opção para grupos e classes historicamente considerados subalternos junto ao corpo social e, quando multiplicados, tais atos podem desorganizar as políticas e confrontar o Estado em busca de respostas. Sendo assim, não entendemos somente o gênero e a sexualidade enquanto performativos, mas também suas articulações políticas e as reivindicações feitas em seu nome. O que significa reivindicar direitos quando não se tem nenhum? Para Butler (2019a) significa “reivindicar o próprio poder que é negado a fim de expor e lutar contra essa negação” (p. 64).

Portanto, podemos tomar gênero e sexualidade enquanto atos performativos inscritos nos corpos e regulados a partir de uma biopolítica expressa em um contexto necropolítico que expõem corpos e sujeitos que rompem com as normas hegemônicas à precariedade. Assim, o corpo assume centralidade política, estética e de expressão pessoal e pode ser considerado enquanto o primeiro território de construção das relações e, por isso, de dominação e controle dos sujeitos sociais. Ou seja, o corpo é um elemento *sui generis* nas relações sociais estabelecidas sobre uma base material, criador e reproduzidor dessas relações, da vida e de espaços em constante movimento. Cria-se criando espaços ao mesmo tempo em que cria seu espaço de vivência e se (re)cria espacialmente.

A partir disso, o corpo criador de relações e de espaços, re-cria relações de poder e, a partir destas, cria relações políticas, criando recortes no espaço que se constituem territórios. (...) estes territórios de poder são, tanto o corpo que se torna território, como também, a espacialização dos modos, das práticas cotidianas da vida dos ‘sujeitos-corpos’ que se tornam territórios (MONDARDO, 2009, p. 3).

Ao assumir a centralidade do corpo enquanto criador e reproduzidor de relações, espaços e, conseqüentemente, de poder, se observa um importante duplo papel: como objeto de reivindicação e também como principal instrumento de protesto, suporte de comunicação. Enquanto um corpo-bandeira, conceito utilizado por Gomes e Sorj (2014) ao estudar a *Marcha das Vadias* no Brasil, onde o corpo, pelo artifício da provocação, é usado para questionar as normas de gênero, em especial as de apresentação no espaço

público e, ao mesmo tempo, “é um artefato no qual cada participante procura expressar alguma mensagem que o particulariza.” (p. 438). Pois, se os corpos vão às ruas, seja em atos de resistências “tradicionais” ou cotidianas, como no simples fato de *ser* e existir, quando tange gênero e sexualidade, persistem na busca de encontrar condições para sua própria preservação e exigir formas públicas de apoio para se sustentar, se mover e viver uma vida que importe. Até mesmo porque, segurança não se encontra em pólo oposto à precariedade, mas a luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne viável, sim.

Sendo assim, argumentamos com este texto o entendimento de corpos LGBTI+ como corpos-bandeira, pois dado o contexto sociopolítico marcado por uma ostensiva onda conservadora e um acelerado desmonte de direitos sociais, viver seu gênero e sexualidade se configura um ato político, uma resistência cotidiana. Ainda mais se tratando do Brasil, país que há anos figura no primeiro lugar na lista dos países que mais matam LGBTI+ no mundo. Mesmo com consideráveis avanços materializados em marcos legais, corpos LGBTI+ ainda precisam resistir. Para garantir a efetividade desses marcos e para sobreviver. É uma luta diária para ser. Para refutar os discursos hegemônicos de poder e possibilitar outros discursos possíveis, para romper processos de silenciamento impostos pela precariedade das vidas em uma necropolítica, sem deixar de considerar os entrecruzamentos com outras categorias como raça/ cor e classe. A ênfase na experiência como base para legitimidade política proporciona uma apropriação de lugares de fala que questionam e lutam por lugares de escuta em vias de sempre tensionar as estruturas e discursos hegemônicos, pois uma vez fora do armário, corpos LGBTI+ erguem suas bandeiras e reivindicam seus lugares junto ao corpo social.

Referências

ACONTECE, ANTRA, ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

AGUIÃO, Silvia. **Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re)arranjos da política LGBT**. *Cadernos Pagu*, vol. 46, jan.-abr. 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

COLLING, Leandro. **A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade**. *Sala Preta*, núm. 1, vol. 18, p.153-167, 2018.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.311-330.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. **Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos**. *Educação & Sociedade*, vol. 41, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/30kdEnW> > Acesso em: 2 ago. 2020.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro**. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, núm. 3, p.54-81, 2009.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora (orgs). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

FEDERECI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, Cleiton. **Do "Kit Gay" ao "Ministério da Família": a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, núm. 43, v. 14, p. 74-89, jan.-jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil**. *Sociedade e Estado*, núm. 2, vol. 29, p.433-447, mai.-ago. 2014.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, núm. 32, p.122-151, dez. 2016.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: O Biopoder e a Sociedade de Controle**. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, João Paulo R.; HERNANDEZ, Matheus de C. **O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 32, p.207-248, ago. 2020.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de S. **A persistência histórica do patriarcado**. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/339Zar9>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SANTOS, Marina F. **A representação das mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista**. *Veritas*, núm. 3, vol. 62, p.904-933, set.-dez. 2017.

SEDGWICK, Eve K. **A epistemologia do armário**. *Cadernos Pagu*, núm. 28, p.19-54, jan.-jun. 2007.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 5, p.217-243, jan.-jul. 2011.

SIQUEIRA, Dirceu P.; CASTRO, Lorena R. B. **Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social**. *Direitos Sociais e Políticas Públicas*, núm. 1, vol. 5, p. 105-122, 2017.

SPARGO, Tasmin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.